

CONFAGRI ORGANIZA WEBINAR SUBORDINADO AO TEMA “PAC – PERÍODO DE TRANSIÇÃO E PERSPETIVAS FUTURAS”

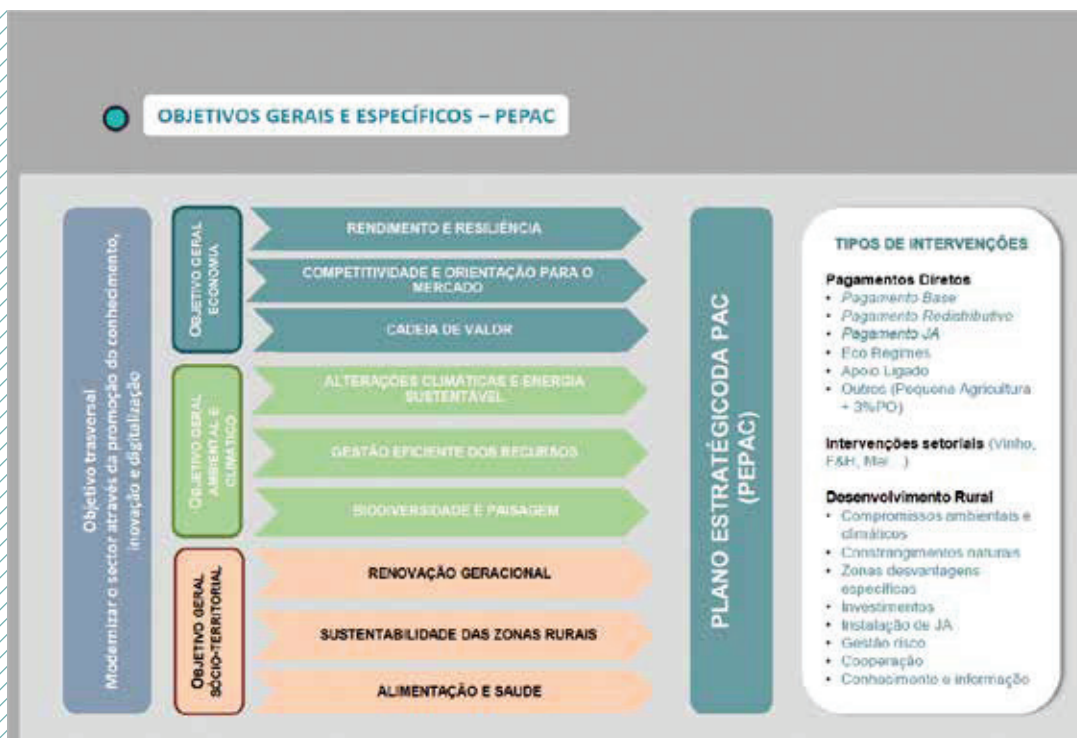
A CONFAGRI realizou, no passado dia 6 de novembro, um Webinar subordinado ao tema “PAC – Período de Transição e Perspetivas Futuras”, destinado a Dirigentes e Técnicos da estrutura associada da CONFAGRI e com o objetivo de proporcionar uma perspetiva sobre a aplicação dos principais instrumentos da PAC no período de transição (2020–2021) e apresentar as questões mais relevantes que se colocam relativamente à aplicação da PAC em Portugal após 2022.

O Webinar contou com a participação de Eduardo Diniz, Diretor-Geral do GPP (Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral), que efetuou a apresentação do tema deste Webinar, de Hugo Costa, técnico do GPP, de Manuel dos Santos Gomes, Presidente da CONFAGRI, que efetuou o encerramento, de Francisco Silva, Secretário-Geral da CONFAGRI, encarregue da moderação, de Aldina Fernandes, Secretária-Geral Adjunta da CONFAGRI, encarregue da coordenação do chat e de um Painel composto por um conjunto de técnicos que interpelaram Eduardo Diniz relativamente ao tema em análise, entre os quais, Augusto Ferreira, Coordenador Técnico da CONFAGRI, Domingos Godinho, Técnico da CONFAGRI, Isabel



1. ALGUNS DOS INTERVENIENTES DO WEBINAR

FIGURA 1 Objetivos Gerais e Específicos PEPAC



Basto, Representante da CONFAGRI em Bruxelas, Teresa Mata, Técnica da FENADEGAS, Fernando Cardoso, Secretário-Geral da FENALAC, Luís Calaim, Técnico da FENAFLORESTA e João Bastos, Secretário-Geral da FPAS.

O evento contou ainda com a participação de mais de 200 Dirigentes e Técnicos inscritos que puderam colocar as suas dúvidas e questões via chat.

Eduardo Diniz agradeceu o convite e a iniciativa da CONFAGRI e referiu que é sempre um prazer participar e dialogar com a CONFAGRI e a sua estrutura associada sobre o futuro da PAC.

A apresentação de Eduardo Diniz, centrou-se em três tópicos principais, o primeiro dos quais relativo ao ponto de situação da negociação da PAC, seguido do ponto de situação sobre os trabalhos de programação do Plano Estratégico da PAC (PEPAC) e, a finalizar, as orientações para as decisões do Período de Transição (anos 2021 e 2022), decisões estas que, referiu, terão de ser rápidas mas que “são difíceis de serem tomadas sem termos como pano de fundo o próximo período de programação, pois as mesmas não devem ser medidas avulsas e devem ter em conta o modelo que se quer aplicar”. Relativamente às negociações referiu a

difficuldade das mesmas e o ligeiro acréscimo no que respeita ao orçamento, em termos nominais, que a PAC teve, inclusive para Portugal com um acréscimo de aproximadamente 5%, perfazendo um total de mais de 9.700 milhões de euros para o período de sete anos.

Apontou ainda o acordo político alcançado no Conselho e no Parlamento Europeu em outubro passado, que criaram as condições para se iniciarem os chamados trílogos em que a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho vão dialogar para ver se chegam a acordo sobre os três Regulamentos da PAC, o Regulamento Horizontal sobre o financiamento, a gestão e o acompanhamento da PAC, o Regulamento dos Planos Estratégicos e o Regulamento da Organização Comum de Mercado.

Seguidamente efetuou o ponto de situação dos trabalhos de programação do PEPAC, procurando explicar de um modo sucinto o referido plano e dando conta dos objetivos gerais e específicos do mesmo, que poderão ser consultados na figura 1. Terminou a sua intervenção com as orientações para as decisões do período de transição, anos 2021 e 2022, dando conta da cronologia das decisões e das orientações estratégicas no contexto da transição para o novo modelo da PAC,

apresentando cenários de evolução quer relativamente aos Pagamentos Diretos, quer em relação ao PDR 2020.

Seguiu-se um período de questões, bastante participado, em que um conjunto de intervenientes, referidos anteriormente, e todos os participantes inscritos (via chat), puderam colocar as suas dúvidas e questões a Eduardo Diniz, prontamente respondidas pelo mesmo.

No encerramento do Webinar, Manuel dos Santos Gomes, Presidente da CONFAGRI, começou por agradecer a participação de Eduardo Diniz e de todos os restantes participantes, referindo que “esta iniciativa permitiu conhecer com pormenor o ponto de situação relativamente à nova PAC, sendo que ainda estão em aberto um conjunto de matérias tanto a nível europeu, com a definição de um quadro legal definitivo, como a nível nacional, por via da definição e aplicação do PEPAC”. Prosseguiu deixando nota das principais linhas da CONFAGRI nesta negociação referindo que a PAC “deve estar focada nos Agricultores, naqueles que produzem bens agrícolas e que o fazem com as devidas condições a nível ambiental, de bem-estar animal e de qualidade dos produtos. Obviamente, não descaramos os serviços de ordem diversa fornecidos pela Agricultura,



2. INTERVENÇÃO DE EDUARDO DINIZ – DIRETOR-GERAL DO GPP



3. INTERVENÇÃO DE MANUEL DOS SANTOS GOMES – PRESIDENTE DA CONFAGRI

mas a função primordial da Agricultura é a produção de alimentos para os nossos concidadãos, devendo ser sobre esse desempenho que as ajudas da PAC devem recair primordialmente”.

Nesse sentido, recordou que a recente Pandemia de Covid-19 “veio lembrar a todos esse nobre trabalho de alimentar a população, condição essencial para a nossa sobrevivência”, mas que, embora seja uma necessidade tão básica, “estava, no entanto, aparentemente esquecida”. Nessa linha de pensamento referiu que “será lógico a nossa defesa da definição o mais estrita possível do denominado “Agricultor Verdadeiro” passível de receber ajudas da PAC, assim como a atribuição de pagamentos ligados à produção. As ajudas ligadas garantem por natureza a atribuição a “Ver-

Manuel dos Santos Gomes sublinhou a conveniência da criação de medidas específicas de apoio à reestruturação e desenvolvimento das estruturas cooperativas, apontando que a atual Pandemia veio reforçar a absoluta necessidade dos Agricultores se organizarem em estruturas que promovam a concentração, a valorização e a comercialização da Produção.

dadeiros Agricultores” e podem constituir-se como atenuantes de injustiças resultantes de outras decisões penalizadoras”.

Apontou igualmente o agrado com o estabelecimento de um limite razoável das ajudas por beneficiário, moralizando e legitimando a atribuição de ajudas públicas à Agricultura, defendendo “uma transição suave no que respeita à convergência interna do pagamento base, seguindo o exemplo da convergência a nível comunitário”.

Segundo o responsável, este movimento de convergência nacional do pagamento base deve ser calibrado, “tendo em conta as especificidades agrícolas regionais, pois corremos o risco de uma maior igualdade na atribuição dos pagamentos base corresponder a injustiças flagrantes entre subsectores e entre diferentes regiões”, defendendo ainda que os denominados pagamentos relativos a Eco-regimes “devem responder aos desafios ambientais que se colocam à Agricultura, sem descurar a compensação dos sectores mais afetados pela convergência do pagamento base”. Referindo-se ao período pós Pandemia disse acreditar que o mesmo “vai exigir novas adaptações em matéria de mercado, mas também em termos ambientais, nomeadamente em resposta às alterações climáticas”, apontando que, nesse sentido, “serão necessários investimentos estruturais que este novo quadro deve privilegiar e promover”.

A propósito do Cooperativismo, Manuel dos Santos Gomes, destacou não poder deixar de “sublinhar a conveniência da criação de medidas específicas de apoio à reestruturação e desenvolvimento das estruturas cooperativas”, apontando que “a atual Pandemia veio reforçar a absoluta necessidade dos Agricultores se organizarem em estruturas que promovam a concentração, a valorização e a comercialização da Produção”, evidenciando que “foram flagrantes os casos, no início da Pandemia, em que essa ausência de Organização, resultou em impactos imediatos e muito graves para os Agricultores face à incapacidade de colocar os seus produtos no mercado”. O Presidente da CONFAGRI finalizou a sua intervenção referindo que “estamos conscientes que existe uma geometria de interesses sociais muito variável relativamente ao desfecho da nova PAC” mas que a Confederação “não abdicará dos princípios aqui referidos, sob pena de desvirtuar o próprio objetivo Cooperativo”. ●